



ASSEMBLEIA DISCUTE PROPOSTA DE REAJUSTE APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL



seriedade e responsabilidade. Mas isso não significa que a luta teve fim, pelo contrário, ano que vem continuaremos reivindicando um reajuste salarial digno até conseguirmos atender nossas demandas. Ao todo, 26 categorias aceitaram a proposta apresentada pelo Governo. A base sindical da CNTSS/CUT foi uma delas”, reiterou.

Para a supervisora técnica do Dieese, Leila Brito, a proposta ainda está aquém da necessidade da categoria, entretanto, segundo ela, o reajuste proposto ainda continua sendo melhor do que nada. “Temos que aguardar o desempenho do PIB e da Receita Corrente Líquida para fazer a projeção do impacto financeiro”, salientou.

O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência do Estado de Goiás e Tocantins (SINTFESP-GO/TO) realizou, no dia 30 de agosto, no auditório do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NEMS-GO), assembleia geral para atualizar a categoria sobre as rodadas de negociações realizadas com o Governo Federal. Dentre as reivindicações tratadas nesses últimos meses, teve destaque a data base, política salarial, tabela salarial da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST) e a instalação do Grupo de Trabalho do Seguro Social.

Por muito tempo, nenhuma proposta concreta havia sido apresentada. Entretanto, na última semana de agosto, as entidades nacionais estiveram reunidas com o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. Após muitas conversas, o secretário apresentou uma proposta de reajuste para a folha do funcionalismo público de 15,8%, dividido em três parcelas, até 2015.

A diretora de assuntos jurídicos do SINTFESP-GO/TO, Terezinha de Jesus Aguiar, deu início à assembleia mencionando a situação delicada enfrentada pelas lideranças sindicais. “A única alternativa foi aceitar essa proposta. Não tivemos nenhuma outra opção. Tivemos que deixar a paixão de lado para usar a

Geap

A “crise” que vem sendo vivenciada pela Fundação de Seguridade Social (GEAP) também foi ponto de pauta discutido durante a Assembleia. Recentemente, o SINTFESP-GO/TO impetrou uma ação judicial contra a resolução 616 do Conselho Deliberativo da Geap (Condel), que estabeleceu reajustes abusivos na contribuição dos pensionistas e titulares dos planos GEAPReferência, GEAPEssencial, GEAPClássico, GEAPSaúde e GEAPSaúde II, no que se refere ao custeio de 2012.

Terezinha aproveitou a ocasião para falar da reunião realizada com o superintendente regional da Geap Goiás, Celso Carvalho de Aquino, no dia 9 de agosto. “Exigimos uma proposta de recomposição e recuperação do atendimento e dos serviços prestados em Goiás, entretanto ainda não estamos satisfeitos com as respostas, que insistem em ser insuficientes”, afirmou.

Um seminário será realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos dias 18 e 19 de setembro, em Brasília, para discutir a saúde suplementar do servidor público e a recuperação do Plano de Saúde Geap Saúde II, que corre risco de extinção. Além disso, uma audiência pública já está sendo organizada no Congresso Nacional para tratar o assunto.

Jurídico

A Assessora Jurídica do sindicato, Dra. Josilma Saraiva, também esteve presente na Assembleia falando sobre a nova ação jurídica disponibilizada para os filiados do SINTFESP-GO/TO, que consiste na incorporação da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (GDPST) e da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS) na carreira do INSS.

Josilma lembrou que esta é a segunda ação jurídica que está sendo impetrada pela entidade, desta vez como paridade. Outra ação que trata da implementação da GDASS, GDPST, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária (GDAPMP) e da integralidade dos 80 pontos para os aposentados ainda tramita na Justiça Federal.

Tabelas e Cesta de Benefícios

Durante a Assembleia, também foram discutidas as propostas de tabelas apresentadas pela Secretaria de Relações de Trabalho e sua distribuição no Vencimento Básico (VB) e na Gratificação. Conforme análise do sindicato, os maiores prejudicados, mais uma vez, são os aposentados e pensionistas, mesmo com a alegação do governo de que com as mudanças nas regras de concessão, as aposentadorias serão compensadas. Para a CNTSS, as propostas são insuficientes e estão longe de atender a pauta protocolizada pelas Entidades Sindicais do Funcionalismo Público.

Sobre a cesta de benefícios (vale transporte, vale alimentação, auxílio creche e valor per capita para planos de saúde), o reajuste será negociado somente no ano que vem. Contudo, já existem estudos na SRT para reajustar o vale alimentação para a média do judiciário e legislativo, cujo valor é de R\$373,00. Quanto aos valores per capita do plano de saúde (Geap) os estudos estão sendo finalizados.

Organizações Sociais

Servidores cedidos do Ministério da Saúde, lotados nas unidades gerenciadas por Organizações Sociais (OSs), continuam sofrendo assédio moral para retornarem ao seu local de trabalho de origem. Neste sentido, o SINTFESP ressaltou as ações comandadas pela entidade a fim de cobrar explicações sobre a situação, como audiência com o secretário estadual de saúde, Antônio Faleiros, e toda documentação encaminhada aos diretores das unidades atingidas pelas OSs e ao Conselho Estadual e Municipal de Saúde.

Entretanto, tais deliberações ainda não foram suficientes para contornar a situação já que a Secretaria

de Estado da Saúde continua desconhecendo a legislação (lei, portaria, resoluções e protocolos) que orienta a devolução desses trabalhadores ao seu órgão de origem.

Diante disso, o diretor de administração e finanças do SINTFESP, Luiz Carlos Campos, prestou as seguintes orientações aos servidores: manter a calma; não aceitar provocações dos gestores; não solicitar aposentadoria e, ainda, permanecer forte e unido com a categoria. "Vamos todos acatar as orientações do Sindicato e da nossa Assessoria Jurídica para termos nossos direitos garantidos", complementou.

Presente também no encontro, a coordenadora de Gestão de Pessoas do Nems/GO, Marli Sorel, esclareceu: "estamos deixando em aberto para o servidor escolher o local de trabalho de sua preferência. Somente se ele não se posicionar é que tomaremos uma providência. Em seguida, ele receberá uma carta e uma conversa com o Núcleo será agendada". No final da assembleia, os diretores da entidade aproveitaram a visita do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em Goiânia, para entregar ofício relatando a situação.

Neste sentido, novas ações estão sendo preparadas, juntamente com o Ministério Público Federal e Conselhos Profissionais da categoria, para questionar e exigir que o Governo de Goiás respeite os trabalhadores do Ministério da Saúde, que há mais de 25 anos prestam serviços nas unidades do SUS enfrentando péssimas condições de trabalho e salários pagos pelo Governo Federal.

Além disso, conversas entre os trabalhadores com o prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, e com o secretário de saúde do município, Elias Rassi Neto, estão sendo programadas.

